

Diferenças de gênero na organização social da vida pública e da vida privada

Este texto pretende enriquecer os argumentos para debater os estereótipos e os preconceitos de gênero. Refere-se a como a questão de gênero interfere na organização social do espaço público e privado e configura o mundo que nos cerca. Você já parou para pensar nos valores que estão associados a cada uma das designações que são atribuídas aos homens e as mulheres?

A divisão do "espaço público e privado" pode ser percebida, por exemplo, quando se quer insultar uma mulher. Ela é chamada de "mulher da rua", "vadia", "puta", em oposição à "mulher da casa", "mulher ou moça de família", "santa", "do lar". A oposição "rua x casa" é particularmente interessante para percebermos como os gêneros masculino e feminino estão associados a cada uma dessas instâncias, conformando a divisão entre o mundo da produção (masculino) e o da reprodução (feminino).

Tal como o conceito sociológico de classe social, que distingue diferentes inserções sociais conforme as condições materiais de existência de cada um, o conceito de **gênero** também nos ajuda a compreender o modo de organização da vida social, tanto no espaço público quanto na esfera privada.

Historicamente, o espaço público era restrito aos homens

Historicamente, o espaço público era restrito aos homens como cidadãos, tendo sido as mulheres dele excluídas durante muitos séculos, confinadas ao mundo doméstico. Em várias sociedades, há uma divisão do trabalho entre homens e mulheres. Chamamos isso, como já vimos, de divisão sexual do trabalho.

Essa tradicional divisão do trabalho entre os sexos tem sido, contudo, duramente criticada e transformada. Podemos perceber este fato através da análise das mudanças ocorridas em três setores, antes eminentemente masculinos, como o mercado de trabalho, a escolarização e a participação política. A crescente participação feminina nas atividades econômicas, políticas, legislativas tem sido fruto de considerável esforço de luta do movimento feminista.



Mercado do Trabalho

Décadas passadas, o mercado de trabalho era um espaço de hegemonia masculina. Até

a metade do século XX, as mulheres não tinham o horizonte da carreira profissional ou a participação na vida pública como metas preponderantes, não tendo participação significativa na população economicamente ativa.

Conforme dados recém-divulgados pelo IBGE, em 2004, a distribuição percentual da PEA (população economicamente ativa) por sexo era de 56,9% para os homens e 43,1% para as mulheres¹. Hoje, a presença das mulheres no mercado de trabalho é expressiva, embora sofram muitas discriminações se comparadas aos homens. Um contingente expressivo de mulheres sustenta a casa, os filhos e, às vezes, também os maridos, expulsos do mercado formal de trabalho. Mudanças recentes na legislação civil permitem que as mulheres sejam reconhecidas como “chefes de família”, designação antes reservada somente aos homens. Há pouco tempo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a considerar o quesito “pessoa de referência” em seus censos e, atualmente, o percentual de famílias chefiadas por mulheres atinge quase 30%.

Outra alteração importante nessa direção foi a possibilidade de as mulheres trabalhadoras rurais terem o direito de acesso ao título de proprietárias de terra, motivado pelo fato de que seus companheiros costumavam migrar para grandes centros urbanos à procura de trabalho e não voltavam para os estados de origem, deixando-as sós, cultivando a terra e assumindo a responsabilidade do sustento da família. No entanto, elas não tinham a chance de serem reconhecidas como donas daquela propriedade, nem mesmo de transferirem a posse da terra para os filhos ou filhas.

Escolarização

A escolarização é outro processo importante no qual se evidenciam as desigualdades de gênero que ordenam a vida social e suas possibilidades de transformação. Há algumas décadas, a prioridade para a dedicação aos estudos era um privilégio dos filhos homens, não estendido às filhas mulheres. Somente no final de 1870 o governo brasileiro abriu as instituições de ensino superior à entrada das mulheres. Em 1887 formou-se a primeira médica no Brasil, **Rita Lobato Velho Lopes** e, em 1889, foi permitido pela primeira vez que uma advogada brasileira fosse admitida nos tribunais. Em 2006, a ministra **Ellen Gracie** destacou-se como a primeira mulher a ser incorporada ao Supremo Tribunal Federal, ocupando a presidência desta instituição pelo período de dois anos.

O ingresso das mulheres na escola tem crescido significativamente, hoje ultrapassando o contingente masculino. Tal interesse está certamente articulado à sua entrada maciça no mercado de trabalho e às chances de melhoria de sua qualificação profissional e dos salários percebidos. No entanto, os investimentos das mulheres na educação e na qualificação profissional ainda não se reverteram em igualdade salarial. Em alguns setores apenas se

¹ Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais, 2005 (www.ibge.gov.br).

reduziu o nível de desigualdade. Quando consideramos as mulheres negras, os dados são ainda mais impressionantes. Quanto maior a escolarização, maior a diferença salarial entre estas e os homens, mas também entre as próprias mulheres, estando as mulheres brancas em posição de maior vantagem. Esta situação demonstra como a segregação social combina elementos étnico-raciais e de gênero.

Hoje, no Brasil, há mais mulheres que homens cursando a educação superior: o Censo da Educação Superior de 2004 mostra que as mulheres respondem por 56,4% do total de matrículas, enquanto os homens são 43,6%. Nas instituições públicas, elas são 54,7% e, no setor privado, 57%. Segundo o IBGE, o percentual de mulheres na população brasileira é de 50,8% (Censo IBGE 2000)².

Dica de leitura: "Mulheres já superam homens na escola". Folha de São Paulo, 08/01/2006.

Participação Política

Quanto à participação político-social no Brasil, as mulheres só tiveram acesso ao voto em 1932, por incansável militância do **movimento sufragista** feminino, nas primeiras décadas do século XX, liderado pela bióloga paulista **Bertha Lutz**.

As primeiras mulheres foram eleitas para o parlamento em 1933. De lá pra cá, a necessidade de igualdade de oportunidades sociais para participar ativamente da vida pública impõe-se como um direito inalienável das mulheres. Discute-se hoje, no interior dos partidos políticos e na sociedade mais ampla, a proposta de cotas para mulheres no intuito de garantir certa representatividade política feminina no Poder Legislativo e no Executivo. A esse respeito, consulte a Lei de Cotas 9504/1997 (http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm), que ainda encontra muitas resistências, instituindo 30% de cotas para candidatas mulheres.

Bertha Lutz (1894-1976) lutou pelos direitos femininos durante toda sua vida. Não só conseguiu formação e postos de trabalho mais restritos aos homens, como também ergueu a bandeira de maior igualdade entre os sexos e maior penetração das mulheres na educação, no mercado de trabalho e na vida política. Teve grandes atuações dentro e fora do país. Defendeu o direito de voto, garantiu ingresso de meninas em colégios, propôs igualdade salarial, licença de três meses à gestante, redução da jornada de trabalho, entre outros feitos.

Não podemos considerar, de forma ingênua, que a participação de homens e mulheres na vida pública seja aleatória, fruto de desejos pessoais, particulares, muito menos de aptidões ou habilidades naturais a cada sexo.

Queremos demonstrar com todos estes dados o quanto e como uma persistente **hierarquia de gênero** organiza as relações sociais no espaço público, destinando lugares, postos, posições de prestígio, funções específicas, direitos e deveres a cada sexo, em todos os contextos mencionados – vida política, acesso à escola e ao mercado de trabalho, com a respectiva permanência neles, propriedade, chefia

² Fonte: Informativo do INEP Janeiro 2005.

civil do lar etc. Não podemos considerar, de forma ingênua, que a participação de homens e mulheres na vida pública seja aleatória, fruto de desejos pessoais, particulares, muito menos de aptidões ou habilidades naturais a cada sexo. Somos socialmente educados e educadas para gostar mais ou menos de política, de economia, de leis, quer sejamos homens ou mulheres. A via de acesso à cidadania passa por lutas e conquistas normativas e jurídicas.

Por sua vez, a reprodução – que ocorre no corpo da mulher – exerce considerável influência na divisão sexual do trabalho e na estruturação dos lugares sociais ocupados por homens e mulheres. Estas são responsáveis por gestar, parir e criar os filhos e pelos serviços de manutenção doméstica, enquanto os homens se voltam tradicionalmente para o provimento da casa, ou seja, para a mediação entre o mundo privado e o público.

Esse modo de organização da família implica uma rígida hierarquia moral que estabelece posições sociais, deveres e obrigações próprias a cada um, conforme a inserção de gênero e de geração. Nesse sentido, os homens mais velhos são aqueles que devem ser mais respeitados pelos demais: eles podem ser os maridos ou os pais e, na ausência deles, os filhos ou os irmãos mais velhos. Raramente é facultado às mulheres o exercício de sua autonomia como ser humano igual aos homens, como cidadã com os mesmos direitos sociais que seus companheiros ou irmãos.

Devemos destacar o aparecimento da **pílula anticoncepcional** na segunda metade do século XX, que permitiu às mulheres controlar sua reprodução e fazer da maternidade algo não necessariamente compulsório. Tal possibilidade viabilizou dissociação a atividade sexual da reprodução, com muitas transformações sociais daí decorrentes. O fato de as mulheres poderem ter uma vida sexual e escolher ser ou não mãe, planejar a ocasião da maternidade, espaçá-la, decidir o número desejável de filhos/as teve um substantivo impacto em suas vidas. Assim, mulheres puderam organizar melhor o fluxo da vida cotidiana familiar e ter novas aspirações não restritas à vida doméstica e ao cuidado com a prole.

Infelizmente, esses direitos não estão acessíveis a todas as mulheres, havendo muitas que não conseguem exercê-los. As razões apontadas podem ser restrições financeiras, de acesso aos serviços de saúde, de subjugação ao companheiro, marido ou namorado, em razão da dominação masculina, entre outros motivos. A dominação masculina é o exercício do poder exercido pelos homens sobre

A pílula anticoncepcional, que ofereceu às mulheres sexo separado da gravidez, chegou ao Brasil em 1962. Nos anos de 1967 e 1968, quando o Ibope realizou amplas pesquisas sobre o comportamento da mulher em São Paulo e no Rio de Janeiro, estimava-se que as farmácias já vendiam mais de 5 milhões de pílulas por mês. Embora o contraceptivo oral trouxesse alívio às mulheres casadas e viesse a contribuir decisivamente para uma maior liberdade sexual feminina na década seguinte, havia uma rejeição expressiva em torno dos 30%. A condenação do uso da pílula pelo Papa alimentava a polêmica. A mulher da época ainda idealizava um casamento aos 21 anos de idade, com noivo obrigatoriamente mais velho, programando três filhos que serviriam para consolidar a união. Contudo, 63% das mulheres viam a melhor fase da vida na adolescência e 33% gostariam de ter nascido homens.

Fonte: Jornal da Unicamp, Edição 210, 22 de abril a 4 de maio de 2003.

as mulheres. É um conceito estudado pelo sociólogo e antropólogo francês **Pierre Bourdieu**.

Um exemplo das mudanças havidas nas relações de gênero no âmbito da vida privada pode ser dado na escolha do parceiro para o casamento. Tal como a concepção, a opção pelo parceiro deixou de ser um acordo entre pais interessados na união de suas famílias e permitiu que os jovens e as jovens passassem a fazer suas escolhas. No entanto, sabe-se que tal escolha é também socialmente determinada, havendo forte chance de se eleger um parceiro ou uma parceira heterossexual, dentre os “iguais”, ou seja, de inserção social, étnico-racial e estilo de vida semelhantes. Trataremos ainda neste Curso das relações homoafetivas como direito de vivência da sexualidade.

Até aqui pudemos perceber que o modo com que cada **cultura** constrói o gênero irá definir um determinado padrão de organização das representações e das práticas sociais no mundo público (rua) e na vida privada (casa), estabelecendo lugares distintos para homens e mulheres e uma dinâmica peculiar entre ambos. Embora as mulheres tenham conquistado expressivo espaço no mundo público, a participação dos homens nas decisões e nas obrigações referentes à vida doméstica não se faz na mesma proporção, deixando às mulheres a difícil tarefa de conciliar ambas as dimensões.

O processo de socialização na infância e na adolescência é fundamental para a construção da identidade de gênero. E a escola tem grande responsabilidade no processo de formação de futuros cidadãos e cidadãs, ao desnaturalizar e desconstruir as diferenças de gênero, questionando as desigualdades daí decorrentes.

Pierre Bourdieu (1930-2002), considerado um dos intelectuais mais influentes de sua época, deu novos rumos ao estudo da sociologia. No livro A dominação masculina (Ed. Bertrand Brasil, 1999), levanta explicitamente a questão da ordem sexual, lembrando a necessidade de uma ação coletiva de resistência feminina com o objetivo de impor reformas jurídicas e políticas capazes de alterar o estado atual da relação de forças – material ou simbólica – entre os sexos. Em especial, chama a atenção para aquilo que designa de “violência simbólica”, a violência invisível às suas próprias vítimas, que se exerce por vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento. Este trabalho mereceu, entretanto, severas críticas da parte de pesquisadoras feministas francesas, por ele ter ignorado que, antes de seu livro, já havia uma sólida reflexão de autoras mulheres sobre o assunto a quem ele não dá voz nem reconhecimento, o que caracteriza atitude de dominação masculina.

GLOSSÁRIO

Cultura: Fenômeno unicamente humano, a cultura refere-se à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia. A cultura é compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se relacionando a um fenômeno individual. Por outro lado, cada grupo de seres humanos, em diferentes épocas e lugares, atribui significados diferentes a coisas e a passagens da vida aparentemente semelhantes.

Gênero: Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do pensamento feminista. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.

Hierarquia de gênero: Pirâmide social econômica construída pelas relações assimétricas de gênero.

Movimento Sufragista: O movimento pelo sufrágio feminino é um movimento social, político e econômico, de caráter reformista, que tem como objetivo estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres.